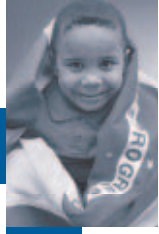
Inserção Soberana

2004





## Liderança internacional por um mundo mais justo

No esforço de promoção da paz e da estabilidade regional e mundial, o Presidente da República se empenhou para que a crise do Iraque fosse resolvida de forma pacífica, com pleno respeito aos princípios das Nações Unidas e do direito internacional. Na América do Sul, o Brasil se dedicou a contribuir para a condução pacífica da situação política na Venezuela, tendo proposto a criação do Grupo de Amigos da Venezuela; para o encaminhamento de uma solução pacífica para a complexa situação colombiana; para a transição democrática na Bolívia, sempre com pleno respeito aos princípios da autodeterminação, à não-intervenção, igualdade soberana dos estados e solução pacífica de controvérsias, inscritos na Constituição.

Um mundo multipolar está emergindo, como demonstra o processo de ampliação da União Européia; o célere desenvolvimento da China; a afirmação da Índia; a recuperação nítida da Rússia; a articulação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Nesse mundo multipolar, nem o Brasil nem a América do Sul podem ser absorvidos por qualquer um desses pólos. A defesa de nossos interesses exige a construção da unidade sul-americana e a aliança estratégica com a Argentina. Daí a determinação de fortalecer o Mercado Comum do Cone Sul-Mercosul e de acelerar os acordos comerciais e de infra-estrutura, com vistas à integração sul-americana. O Mercosul deve consolidar-se como união aduaneira e transformar-se em um espaço comum, capaz de articular políticas agrícolas, industriais, sociais e de ciência e tecnologia. O Mercosul tem que criar e fortalecer suas instituições políticas, o que exigirá a eleição de um parlamento por voto direto. A articulação das políticas macroeconômicas conduzirá futuramente a uma moeda única. A proposta do Brasil nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) permite, de um lado, a sua conclusão pragmática em 2005 e, de outro, preserva a identidade das sociedades latino-americanas e os instrumentos soberanos de política econômica e de desenvolvimento de cada País.

## Paz e segurança internacional

A crise do Iraque e o agravamento da instabilidade no Oriente Médio foram os temas que dominaram a agenda internacional no campo da paz e da segurança em 2003. Esforçamo-nos para um encaminhamento pacífico da questão iraquiana, com base em nosso compromisso com o multilateralismo e com o direito internacional. Preconizamos a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a preservar e fortalecer o sistema de segurança coletiva. Nesse ambiente, a eventual admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja competência se vem expandindo, revela-se

essencial para tornar o órgão mais representativo dos países do Sul e nele contribuir para a paz e o desenvolvimento. As visitas recebidas e a série de viagens do Presidente não só contribuíram para articular a cooperação em relação à paz e ao desenvolvimento, como também lograram obter o apoio de países como a França, Alemanha, Reino Unido, Chile, Rússia, Colômbia, Venezuela, Equador, Espanha, Líbano e Moçambique, entre outros.

## Um mundo mais solidário

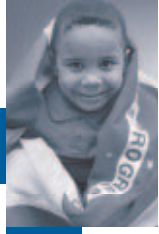
O enfrentamento dos desafios brasileiros passa por uma reorientação das relações históricas de amizade e cooperação com os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e países da União Européia.

Em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, o governo brasileiro reafirmou sua convicção de que um outro mundo é possível.

Em Davos (Suíça), no Fórum Econômico Mundial, o Brasil foi a voz dos pobres e excluídos de todo o mundo, quando lançou a proposta de um fundo mundial contra a fome. Em Evian (França), na Cúpula do G-8, o Brasil voltou a ter o mesmo papel, quando propôs a taxação do comércio internacional de armas e a criação de um fundo de investimentos de ajuda aos países em desenvolvimento. Nesses encontros, bem como na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o País propôs a criação de um fundo mundial de combate à fome. A idéia foi recebida com entusiasmo pelos chefes de Estado. Como segunda forma de financiamento, foi proposta a criação de mecanismos para estimular que os países ricos reinvistam nesse fundo percentagem dos juros pagos pelos países devedores.

Na reunião de Evian, o Brasil cobrou dos países desenvolvidos uma nova equação econômica, que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento. Foi lembrado que o Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço de adaptação às estratégias econômicas preponderantes, porém, não houve avanços importantes no combate à exclusão social. As mesmas posições foram defendidas na Reunião da Governança Progressista em Londres, bem como nas visitas de Estado à Espanha e a Portugal e nas visitas de trabalho à França e à Alemanha.

Na Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey (México), predominou o enfoque, defendido pelo Brasil, segundo o qual não existe sustentabilidade econômica sem sustentabilidade social.





O Brasil tem defendido o desarmamento como a forma mais eficaz de não-proliferação e o seu direito de acesso às tecnologias de ponta, com o rigoroso cumprimento de nossos compromissos internacionais. Tem sustentado a plena entrada em vigor dos acordos internacionais sobre meio ambiente, em especial os compromissos derivados da convenção sobre as mudanças climáticas e a cooperação internacional no campo das energias renováveis, a partir de proposta apresentada em Joanesburgo (África do Sul), na reunião denominada Rio + 10. Observando o mesmo princípio, aderiu ao protocolo de Cartagena sobre biossegurança.

O Brasil tem prestado toda a cooperação aos esforços internacionais na luta contra as ameaças do narcotráfico e do terrorismo; assinou as convenções internacionais e tomou as medidas internas de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas que estão intimamente ligados àquelas ameaças.

O novo governo tem como seu maior compromisso com a sociedade brasileira a defesa dos direitos humanos das minorias, historicamente oprimidas. Assim, na esfera internacional, o País tem demonstrado a sua firme vontade de cooperar com todos os organismos de defesa dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, não permitir que o tema seja utilizado de forma política e discriminatória. Nesse mesmo campo, tem sido importante a defesa dos direitos das comunidades brasileiras no exterior.

## Prioridade para a América do Sul

Cada vez mais o destino do País está relacionado à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. O Brasil participou, na Venezuela, da 4ª reunião do comitê de direção executiva da iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em julho de 2003. Na presença dos 12 ministros de Planejamento e Infra-Estrutura dos países da América do Sul, apresentou a visão estratégica para a América do Sul, que será validada na próxima reunião em Lima (Peru).

No Rio de Janeiro, o BNDES e a Corporación Andina de Fomento (CAF) organizaram seminário onde cada País da América do Sul mostrou dois projetos prioritários de infra-estrutura. Esses projetos servirão de base para as definições a serem adotadas pelos presidentes da região.

O governo brasileiro removeu obstáculos que dificultavam a ampla utilização dos Convênios de Crédito Recíproco (CCR), instrumentos fundamentais para nossas relações econômicas e comerciais com nossos vizinhos.

Os trabalhos técnicos da IIRSA avançaram em 2003, com destaque para: (i) identificação dos projetos de infra-estrutura em cada um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, e dos projetos-âncora; (ii) definição dos fatores de análise para priorização de projetos; (iii) organização da nova página na internet; (iv) realização da 1ª reunião do Grupo Técnico Executivo de Tecnologias de Informação e Comunicações (GTE-Tic); (v) realização de estudos sobre os processos setoriais (passagens de fronteira, transportes – aéreo, marítimo e multimodal, entre outros). Para 2004 estão previstas: a validação da visão estratégica para a América do Sul, considerando-a como uma região geoeconômica única; consolidação dos agrupamentos de projetos em cada um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, nas áreas de transportes, energia e comunicações, e a definição dos projetos-âncora; e, a definição dos critérios para a priorização dos projetos de integração.

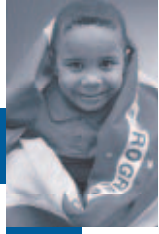
Foram iniciadas as negociações para a criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Pelo "Programa de Bruxelas", foi detalhado cronograma de reuniões para fechar um acordo de livre comércio até outubro de 2004. O programa prevê a apresentação de ofertas de abertura aperfeiçoadas, incluindo o mercado agrícola, no âmbito do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais. É a primeira vez que os europeus acenam a seus potenciais sócios sul-americanos com uma abertura no mercado agrícola.

Está sendo implementado o Fórum de Competitividade Mercosul de Madeira e Móveis. Serão definidas as cadeias produtivas que serão objeto de instalação de foros de competitividade Mercosul, em 2004. Foram promovidas diversas rodadas de encontros bilaterais entre os parceiros do Mercosul, sobretudo com a Argentina, proporcionando a solução de pendências. Foram intensificadas as negociações de acordos internacionais de comércio entre o Mercosul e alguns países, com destaque para a assinatura do acordo de livre comércio Mercosul-Peru.

Foi formado o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), no qual os ministérios da agricultura dos países do Mercosul, Bolívia e Chile se comprometem em atuar de forma articulada na análise das políticas agropecuárias, comerciais, sanitárias e fitossanitárias dos países envolvidos. Iniciativas comuns foram tomadas para o controle de febre aftosa na Bolívia.

No setor de turismo, teve destaque em 2003 a criação da Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul.

Foi promovido o Projeto Mercosul Social, que debateu o tema "A dimensão social como elemento central do Mercosul, Bolívia e Chile"; houve ênfase na luta contra a fome e a pobreza. O governo





brasileiro destacou o programa Fome Zero; a Casa da Família e a Rede de Proteção Social (RPS). Os países manifestaram interesse pela idéia brasileira de um fundo internacional de combate à pobreza; pela possibilidade de integração dos programas sociais nas áreas de fronteira e em alguns países (Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) há o interesse até mesmo em aderir ao Instituto Social Brasil-Argentina (ISBAC);

O Brasil se juntou a organismos oficiais argentinos vinculados ao Isbac no propósito de combater a pobreza, promover a integração regional e a cooperação bilateral na área social, a partir da criação de um comitê coordenador. O instituto atuará prioritariamente nas áreas de fronteira, consolidando a integração das políticas públicas dos dois países.

Para dar maior atenção às nossas relações com países sul-americanos foi realizado, em setembro de 2003, um concurso extraordinário de acesso direto à carreira diplomática para suprir a carência de diplomatas em países da América do Sul.

Por meio da assinatura de acordos com países vizinhos foi estabelecida cooperação para a vigilância das fronteiras comuns e para o controle do espaço aéreo. A incorporação prevista de parceiros sul-americanos ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) trará significativos dividendos no combate aos delitos transnacionais. Esta é mais uma medida que fortalece a crescente integração do subcontinente.

O governo promoveu, em abril, a primeira reunião de ministros da Defesa no âmbito específico da América do Sul. Na reunião, reiterou-se a importância atribuída à cooperação entre as Forças Armadas do subcontinente. Consolidou-se a percepção de que essa cooperação é fundamental para que se estreitem os laços de confiança entre os agentes militares da região. Em setembro, ocorreu, em Santiago do Chile, nova reunião de ministros da Defesa sul-americanos, numa demonstração de que a iniciativa brasileira está sedimentando, na América do Sul, um espaço de defesa adequadamente coordenado.

O governo tem procurado promover a integração das indústrias de defesa sul-americanas, visando a modernização de equipamentos de emprego militar, numa demonstração salutar de atuação conjunta dos governos da América do Sul – tanto como compradores e importadores quanto como produtores e exportadores. Agindo dessa forma, os países do subcontinente – com suas respectivas indústrias – serão capazes de alcançar coerência e escala econômica propícia a um aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis. Ademais, a integração de indústrias

de defesa constitui uma medida adicional de reforço de confiança mútua. Foram organizados também encontros dos chefes e técnicos dos serviços de inteligência dos países da América do Sul, em outubro.

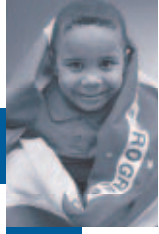
O envio de militares para a missão de assistência humanitária na remoção de minas no Peru e no Equador marcou a contribuição das Forças Armadas brasileiras no concerto das nações.

## Relações com a África

No esforço de reconstrução da política exterior brasileira tem sido atribuída importância capital às relações do Brasil com a África, em especial com a África Austral e os países de língua portuguesa. A intenção é resgatar a dívida histórica da sociedade brasileira com os povos africanos e estreitar com eles as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, contribuindo para o próprio reencontro do Brasil consigo mesmo. O País está realizando amplo trabalho de cooperação internacional em torno das questões de promoção da igualdade racial, especialmente com países da África. O Presidente fez visita a Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Foram assinados diversos acordos, além da criação de Adidâncias de Defesa na Nigéria, em Moçambique e na Namíbia. Também no campo da saúde, a experiência de reconhecimento internacional do País no combate à Aids motivou um amplo projeto de cooperação na produção de medicamentos de combate a Aids.

## Cooperação trilateral África do Sul–Brasil–Índia e avanços da diplomacia nos países árabes

A política externa conferiu, em 2003, especial importância à cooperação política e econômica com as grandes nações em desenvolvimento, que têm de vencer desafios semelhantes aos brasileiros. Além de articular a iniciativa África do Sul-Brasil-Índia, procurou com empenho a cooperação com a China, segundo maior parceiro comercial do Brasil, com quem tem o maior projeto de cooperação científica e tecnológica Sul–Sul: os satélites Brasil–China. Com a Rússia e com a Ucrânia, firmaram-se compromissos para desenvolver projetos de cooperação tecnológica de ponta, vencendo obstáculos de acesso, sem contar as iniciativas para expandir as trocas no campo industrial e comercial. A visita do Presidente aos países árabes (Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia) veio abrir para o Brasil novos horizontes de cooperação econômica e demonstrar a firmeza dos compromissos brasileiros com a paz no Oriente Próximo e com a construção do Estado Palestino.





## Construção de um novo ambiente de participação do Brasil na economia internacional

Nas negociações da Rodada do Desenvolvimento (Doha, Qatar), o Brasil tem procurado fazer com que os países em desenvolvimento tenham uma participação articulada e ativa e não fiquem dependentes das decisões tomadas em conjunto pela União Européia e Estados Unidos. As Rodadas constituem o mais amplo esforço de negociação econômica (não apenas comercial) em curso no momento, onde podem vir a ser geradas normas que afetam as possibilidades de política econômica interna. Assim, no tema central da agricultura, o Brasil articulou – com a participação intensa da Argentina, África do Sul, China, Egito, México e Índia, dentre outros – o chamado G-20, que apresentou proposta tecnicamente firme e constitui fato novo e relevante nas negociações da OMC. Dessa forma, o Brasil assumiu papel de liderança destacada na defesa de um equilíbrio do entendimento, que seja direcionado para tratar dos temas de real interesse comercial para o nosso País. Na recente reunião do G-20 em Brasília, o Brasil propôs que ele evolua para uma zona de livre comércio aberta também a outros países fora do grupo.

A Petrobras tem conduzido com êxito suas atividades na América Latina, África, Oriente Médio e Estados Unidos. Na América Latina, houve aumento de participação da companhia, com a consolidação de iniciativas na Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela e o início de atuação no México. Na África, a companhia avançou em projetos onde já está presente (Angola e Nigéria) e tem posição ativa na busca de novas oportunidades de participação em outros países. A Petrobras consolidou sua posição nos Estados Unidos como *major player* no cenário de projetos de águas profundas no Golfo do México, participando de descobertas significativas. No Oriente Médio, a Petrobras participou de licitação no Irã e está avaliando oportunidades na Arábia Saudita e Emirados Árabes.

Em 2004, o governo continuará a desenvolver uma agenda diplomática intensa, com base nas prioridades e diretrizes estabelecidas.

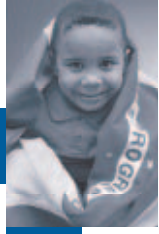
As relações com a América do Sul seguirão merecendo atenção especial. As atividades relacionadas à parceria estratégica com a Argentina serão incrementadas e exigirão redobrado empenho diplomático neste ano, que culminará com uma cúpula de presidentes em Brasília, no segundo semestre. Continuarão os esforços de integração sul-americana, na seqüência dos acordos que os países do Mercosul firmaram, no ano passado, com os países da Comunidade Andina.

No início de 2004, o Brasil assumiu também a presidência do Grupo do Rio. Trabalharemos para que nossa região se posicione e defenda com clareza e firmeza de propósitos seus interesses no plano global. Envidaremos esforços também para que, nesse mecanismo de concertação política regional, os processos de integração dos países da América do Sul e da América Latina sejam conduzidos, como devem ser, de maneira complementar e convergente.

No plano bilateral, continuaremos a acompanhar e a colaborar, sempre que solicitados – e com pleno respeito à soberania de nossos vizinhos –, para o encaminhamento favorável das situações na Bolívia, Colômbia e Venezuela. Tendo o Presidente Lula recebido, ao longo de 2003, visitas de trabalho de todos os homólogos da América do Sul, novos encontros de alto nível deverão realizar-se, já havendo sido pré-agendadas viagens presidenciais ao Chile e ao México. Na seqüência da Cúpula das Américas, em Monterrey, outros encontros entre o Presidente da República e mandatários da região estão previstos, à margem da Cúpula do G-15, a realizar-se em Caracas.

A política externa, na questão do desenvolvimento social e econômico, deverá beneficiar-se de uma série de contatos de alto nível, a começar pelo encontro, em Genebra, do Presidente Lula com o Presidente da França, Jacques Chirac, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para discutir iniciativas internacionais para o combate à pobreza e à fome. Esta preocupação também deverá perpassar a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que o Brasil sediará em São Paulo, ocasião em que deverão ser examinados temas de interesse dos países em desenvolvimento, entre os quais a busca de regras mais eqüitativas e a eliminação das distorções existentes no comércio internacional. Nesse mesmo sentido, o Brasil, em aliança com países do G-20, mecanismo ao qual coube papel de grande relevo na reunião ministerial da OMC em Cancun (México), fará o que estiver ao seu alcance para que a Rodada do Desenvolvimento (Doha, Qatar), possa chegar a bom termo. Isso passa necessariamente pela eliminação dos vultosos subsídios agrícolas aplicados pelos países desenvolvidos e pela criação de condições mais favoráveis à inserção dos países em desenvolvimento no comércio mundial.

Entre outros encontros já programados, registrem-se as visitas de Estado à Índia e à China, e a possível visita do Presidente da Rússia ao Brasil. Revelaram-se promissores os contatos realizados em 2003 com essas nações, com as quais pretendemos estreitar nosso relacionamento, conforme salientou o Presidente Lula em seu discurso de posse. Com a Índia e África do Sul, especificamente, daremos seguimento à iniciativa do foro de diálogo trilateral (IBAS). Em março, será realizada, em Nova Délhi, a primeira reunião da comissão mista





trilateral, que se debruçará sobre projetos de cooperação, bem como sobre novas possíveis iniciativas globais destas três grandes democracias. Elas ganharam perfil político elevado, nas Nações Unidas, com a aprovação, por sua iniciativa, do fundo fiduciário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando o financiamento de projetos de cunho social em países em desenvolvimento.

Com os países africanos, pretendemos aprofundar a aproximação iniciada no ano passado na visita do Presidente Lula a Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Essa investida conferiu substância ao propósito governamental de forjar novos laços de cooperação com nossos vizinhos africanos, inclusive em função de nossa condição de País com a maior população de afro-descendentes.

Os países árabes também estão sendo objeto de um renovado interesse, como ficou patente com a visita presidencial à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia. Em 2004, por iniciativa do Brasil, terá lugar uma pioneira Cúpula América do Sul–países Árabes, quando poderemos examinar projetos concretos de cooperação nas esferas econômico-comercial, científico-tecnológica, social e cultural. Também nutrimos a expectativa de entabular um diálogo político de alto nível sobre questões de interesse global, entre as quais se incluem os esforços que se dão em diversos quadrantes para promover para a paz no Oriente Médio.

Conforme transpareceu nos encontros que o Presidente Lula manteve com o Presidente George W. Bush em 2003 e já no início de 2004, as relações com os Estados Unidos continuarão a pautar-se pelo diálogo franco e maduro, com base no respeito mútuo e na defesa de valores comuns. Esse é o espírito que vem prevalecendo nas relações bilaterais e também nas discussões sobre a Alca. Sob a co-presidência dos dois países, acordaram-se, em Miami, os parâmetros de negociação e introduziu-se flexibilidade no projeto de liberalização comercial. Esses critérios deverão gerir as negociações da Alca no decurso deste ano, quando, aliás, caberá ao Brasil sediar a IX reunião ministerial.

Ainda na esfera comercial, vale destacar as negociações para uma associação entre o Mercosul e a União Européia. A conclusão dessas negociações, em 2005, coincidirá com o término previsto para os processos da OMC e da Alca, o que introduz uma saudável multipolaridade em nossas relações econômico-comerciais com o mundo desenvolvido. A adoção em novembro último do programa de trabalho de Bruxelas imprime novo impulso às negociações, com a indicação das tarefas a serem cumpridas em um cronograma acelerado de encontros bi-regionais. Com a União Européia, outra iniciativa de aproximação será Cúpula EU-América Latina, a realizar-se

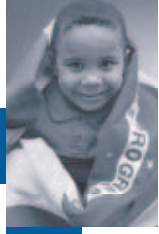
em Guadalajara, México. No plano bilateral, dando seqüência aos encontros do Presidente Lula com líderes europeus em 2003, já foi pré-marcada visita a Brasília do Primeiro-Ministro da Alemanha, Gerhard Schröeder.

Na esfera das Nações Unidas, o Brasil ocupará, no biênio de 2004-2005, um assento não-permanente, pela nona vez, no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nessa condição, será ainda maior nosso envolvimento nas questões mais candentes afetas à paz e segurança internacionais, dando continuidade aos esforços que foram realizados em 2003 pelo Presidente Lula para um encaminhamento pacífico da crise no Iraque. Apoiamos a oportuna iniciativa do Secretário-Geral Kofi Annan de dar início a um processo intensificado de discussão sobre a necessária reforma das Nações Unidas, a começar pelo Conselho de Segurança, no entendimento de que a admissão do Brasil e de outros países em desenvolvimento como membros permanentes contribuirá para conferir maior representatividade, legitimidade e eficácia àquela crucial instância decisória. Também esperamos que possa ser revitalizado o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que poderia desempenhar papel mais determinante no acompanhamento, prevenção e solução de situações de crise cujos fatores de origem econômica e social sejam particularmente evidentes.

## Integração do mundo do trabalho nas Américas

Em setembro de 2003, o ministro do Trabalho e Emprego do Brasil assumiu a presidência da XIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), da Organização dos Estados Americanos (OEA). A decisão foi tomada nareunião de Salvador (BA), que contou com a presença de representantes dos 34 estados membros da OEA dirigentes de instituições e agências regionais e internacionais.

A reunião ministerial aprovou a declaração e o plano de ação de Salvador, consubstanciando os valores, aspirações, interesses e iniciativas comuns em torno de um projeto de desenvolvimento continental com base na promoção do trabalho decente. As aspirações expressas na Declaração Ministerial enfatizam a promoção do trabalho digno como projeto para os povos americanos, com vistas à construção de sociedades mais justas e solidárias, um trabalho que proporcione a melhora das condições de vida das populações e sua participação nos frutos do progresso material. Para tanto, faz-se necessário estabelecer um marco integrado de políticas econômicas e laborais, que valorize a atividade como fator indispensável ao desenvolvimento sustentável e com inclusão social.





O governo brasileiro, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, tem assumido, dessa forma, um papel de liderança no processo de integração do mundo do trabalho nas Américas. O MTE participou, em Miami, da reunião de ministros responsáveis por comércio no hemisfério, emnovembro, e da reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), encarregado da preparação da Cúpula Extraordinária das Américas, que se realizou nos dias 12 e 13 de janeiro de 2004, em Monterrey (México). Em ambas as ocasiões, o governo brasileiro defendeu a construção de um novo modelo de globalização e de integração hemisférica, que reconcilie a afluência econômica e a justiça social.

O governo está negociando o projeto de implantação do Fundo Interamericano de Fomento ao Trabalho Decente, com prazo de finalização previsto para junho de 2004, durante a 92ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT em Genebra. À semelhança do Fundo Social Europeu, o Fundo Interamericano visa sustentar uma estratégia hemisférica de promoção do trabalho decente, apoiando diretamente iniciativas, governamentais ou não, voltadas a esse objetivo. São os seguintes os pilares dessa ação solidária: Fomento ao emprego e à capacitação dos trabalhadores; Fomento à capacidade empreendedora; Igualdade de oportunidades; e Diálogo social e democratização das relações trabalhistas.

Espera-se que ainda em 2004 se inicie o apoio a projetos de incentivo ao trabalho justo no Brasil, com alocação de recursos em pelo menos três projetos na área do cooperativismo urbano ou rural, sobretudo os que se constituam em alternativas para a absorção de mão-de-obra libertada, a partir de ações de combate ao trabalho escravo.

## Defesa Nacional

A prioridade à Amazônia foi um dado sempre presente na atuação do Ministério da Defesa. No cumprimento dessa diretriz, foram transferidos efetivos militares para a região amazônica. A realização de exercício combinado das três armas na Amazônia, denominado Operação Timbó, e a determinação de transferência de uma Brigada do Exército do Rio de Janeiro para São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, são exemplos do atendimento a essa diretriz. A aquisição das aeronaves AL-X, já em fase de recebimento das primeiras unidades, irá reforçar a vigilância da região e das zonas de fronteira, consolidando a defesa do espaço aéreo e permitindo uma atuação mais eficaz no combate aos vôos ilícitos. Da mesma forma, a modernização das aeronaves de caça F-5 propiciará um maior potencial operacional à Força Aérea Brasileira (FAB), trazendo como reflexo um aumento em sua capacidade dissuasória e a possibilidade de melhor resguardar a soberania do País.

Nas fronteiras, a presença do Estado também se faz sentir na prestação dos serviços públicos essenciais às populações, na intensificação das comunicações com o restante do Brasil e na preservação das riquezas naturais. Prova desse esforço é a instalação de mais de 400 pontos de internet nos longínquos vilarejos e pelotões de fronteira, em ação integrada com o Ministério das Comunicações. Na mesma linha, o desenvolvimento do projeto Fronteiras possibilita que as Forças Armadas disponibilizem suas experiências, instalações e capacidade logística na Amazônia para pesquisadores, com parceria de universidades e de outros ministérios e apoiados pela capacidade técnica e financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES.

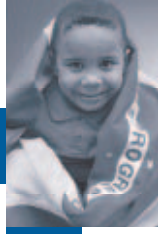
O programa Calha Norte executou, em 2003, obras de infra-estrutura para comunidades carentes dos municípios da calha norte do Rio Amazonas, com destaque para a reforma de escolas indígenas Yekunana, em Auaris (RR), e Tikuna, em Tabatinga (AM); obras comunitárias na Aldeia Tucano, em São Gabriel da Cachoeira (AM); construção de hidrelétricas de porte reduzido em Pari-Cachoeira (AM), beneficiando as comunidades indígenas Jandu, Cachoeira e Bela Vista; a construção de pontes, escolas, creches e infra-estrutura urbana em pequenas e médias cidades do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá.

Com a finalidade de consolidar a posição do País no mundo, o governo buscou a projeção cada vez mais efetiva das Forças Armadas no cenário internacional. A atuação da FAB integrando a força multinacional de emergência em Búnia, no Congo; um pelotão do Exército, enviado para garantir a paz no Timor Leste; e militares brasileiros na missão de assistência humanitária que ajudou na remoção de minas na América do Sul – Peru e Equador –, demonstraram a contribuição do governo brasileiro no concerto das nações.

Para o ano de 2004, serão implementados projetos e programas ligados ao fortalecimento da defesa nacional e ao desenvolvimento econômico e social do País.

No que diz respeito à Defesa Nacional, podem ser ressaltados, dentre outros, a reconstrução da torre de lançamentos do Centro de Lançamentos de Alcântara; a retomada da construção do Veículo Lançador de Satélites (VLS 1); a aquisição de novas aeronaves de caça para a Força Aérea Brasileira; o prosseguimento dos programas nuclear e de reaparelhamento da Marinha; e a efetivação da transferência de novas unidades militares para a Amazônia.

A reconstrução da torre de lançamentos do Centro de Lançamentos de Alcântara, destruída no lamentável acidente ocorrido em agosto de 2003, será iniciada em breve. Paralelamente, o





projeto do novo veículo lançador de satélites, que o governo pretende lançar até o final de 2006, será retomado, dentro de parâmetros técnicos e de procedimentos aperfeiçoados, em função dos acordos de cooperação aeroespacial. Esses acordos possibilitarão considerável evolução no desenvolvimento do VLS.

A aquisição dos aviões de caça para a FAB – com recursos estimados em R$140 milhões – dar-se-á após análise das propostas das empresas selecionadas. O programa nuclear da Marinha terá, em 2004, um novo ritmo de crescimento. Em virtude de uma nova modalidade de gestão a ser implementada e da busca de parcerias, pretende-se acelerar o desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos, o que representará considerável acréscimo de poder dissuasório aos meios de defesa nacional. A modernização dos demais meios navais, em particular das fragatas, corvetas e submarinos, também ganhará impulso.

Coerente com a priorização da Amazônia pelo governo do Presidente Lula, o Ministério da Defesa, por intermédio do Exército Brasileiro, efetivará, no ano de 2004, a transferência de uma brigada do Rio de Janeiro para a região amazônica, sendo a sede em São Gabriel da Cachoeira (AM). A transferência aumentará o efetivo militar na Amazônia em cerca de 2.400 homens, e levará à construção de instalações militares e dotação de material bélico adequado, envolvendo recursos de R$6,4 milhões.

O apoio ao desenvolvimento econômico e social está contemplado em programas e projetos próprios, bem como em convênios com outros ministérios. Podem ser ressaltados, dentre outros: programa Calha Norte; projeto Soldado Cidadão; um convênio com o Ministério dos Transportes; e o plano geral de incorporação para 2004.

O Calha Norte teve sua área de atuação ampliada para o sudoeste do Amazonas, Acre, Rondônia e Ilha de Marajó. Está contemplado no orçamento de 2004 com recursos de R$67 milhões. Destes, 20% serão aplicados em obras necessárias à transferência de unidades militares para a Amazônia e para a ampliação ou manutenção de diversas unidades militares de fronteira. Os restantes 80% serão destinados ao trabalho de infra-estrutura em benefício das populações fronteiriças, com ênfase nas que possibilitam geração de emprego e renda, além de serviços urbanos, de saúde, educação e bem-estar social. Adicionalmente, um total de R$12 milhões, oriundos de convênio assinado com o BNDES, serão destinados a essas obras de apoio ao desenvolvimento econômico e social. Ao todo, 249 obras voltadas ao desenvolvimento regional serão executadas em 2004.

O objetivo do projeto Soldado Cidadão é estender-se pelo território nacional, proporcionando a jovens brasileiros, em idade de prestação de serviço militar, recrutados ou dispensados, melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Eles farão cursos, nas instalações militares, realizados mediante convênios com instituições de ensino profissionalizante. Na busca da integração nacional, o Projeto Rondon renasce valorizando o idealismo, o voluntariado e a solidariedade. Esse projeto, conhecido de todos os brasileiros, leva jovens universitários às comunidades carentes, dando-lhes uma chance de exercitar seus conhecimentos e habilidades.

O Programa Fronteiras fomentará a pesquisa científica das universidades na região amazônica, utilizando as instalações logísticas das Forças Armadas. A idéia é auxiliar a produção de conhecimento científico e tecnológico em áreas específicas, formar recursos humanos e colaborar para o desenvolvimento sustentável nessa área.

Para a engenharia militar está prevista, em 2004, significativa participação na melhoria das condições da malha viária brasileira. Por meio de convênio com o Ministério dos Transportes, os batalhões de engenharia do Exército executarão obras de construção e de restauração de rodovias brasileiras, com destaque para a reconstrução de 217km da BR-163, no Pará; a reparação de 137km da BR-324, trecho Tanquim – Capim Grosso, na Bahia; e restauração de trechos em São Paulo, Rio Grande do Sul e Piauí.

O plano geral de incorporação relativo ao ano de 2004 contempla a prestação do Serviço Militar inicial por cerca de 50 mil jovens de 19 anos. Considerando a relevância do serviço militar no desenvolvimento cívico e profissional do brasileiro e o compromisso com a geração de empregos, o Governo Federal estuda a ampliação do contingente, a ser incorporado em março, para 70 mil jovens, o que demandará recursos adicionais de R$90 milhões.